



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDADO**

---

**LEI Nº 444/2016.**

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2017 e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CONDADO, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, FAZ SABER, que a Câmara Municipal, APROVOU e eu SANCIONO a presente Lei.

**CAPÍTULO I**

**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Município de Condado, para o exercício de 2017, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º da Constituição Federal e em consonância com a Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000:

- I. as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- II. a estrutura e organização dos orçamentos;
- III. as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV. as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- V. as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município e medidas para incremento da receita;
- VI. as disposições relativas à dívida pública Municipal;
- VII. as disposições gerais.

§ 1º Os dispositivos da presente Lei de Diretrizes Orçamentárias contêm orientações específicas quanto:

- I. ao equilíbrio entre as receitas e despesas municipais;
- II. aos critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31 da Lei Complementar 101/2000 - LRF;
- III. aos critérios para a recondução da dívida pública municipal caso ultrapasse os respectivos limites na forma do art. 31 da Lei Complementar 101/2000 - LRF;
- IV. as normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- V. as condições e exigências para transferências de recursos a entidades privadas e a pessoas físicas;



PUBLICADO NO D.O.M.  
29 / 06 / 2016  
EDIÇÃO Nº 015 EXTRA

## ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDADO

### LEI Nº 444/2016.

VI. a outros critérios orientadores a elaboração e execução da movimentação orçamentária e financeira municipal.

§ 2º Em conformidade com a Portaria nº 163, de 23 de março de 2015, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN integram a presente Lei os Anexos de Riscos Fiscais e Metas Fiscais compreendendo os demonstrativos a seguir:

- I. Riscos Fiscais e Providências;
- II. Metas Anuais;
- III. Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- IV. Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- V. Evolução do Patrimônio Líquido;
- VI. Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativos;
- VII. Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;
- VIII. Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- IX. Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

### CAPÍTULO II DAS PRIORIDADES E METAS

Art. 2º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício de 2017, fixadas conforme as áreas temáticas que compõem o Plano Plurianual – PPA – 2014-2017 constam do Anexo I que integra a presente Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 1º A Lei Orçamentária destinará recursos para a operacionalização das prioridades e metas mencionadas no “caput” deste artigo e aos seguintes objetivos básicos das ações de caráter continuado:

- I. provisão dos gastos com o pessoal e encargos sociais do Poder Executivo e do Poder Legislativo;
- II. compromissos relativos ao serviço da dívida pública;
- III. despesas indispensáveis ao custeio e manutenção da administração municipal;
- IV. conservação e manutenção do patrimônio público.

§ 2º Poderá ser procedida a adequação das prioridades e metas de que trata o “caput” deste artigo, se durante o período de apreciação da proposta orçamentária para 2017, surgirem novas demandas e/ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público, ou em decorrência de créditos adicionais.





PUBLICADO NO D.O.M.  
29 / 06 / 2016  
EDIÇÃO Nº 015 EXTRA

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDADO**

**LEI Nº 444/2016.**

§ 3º As metas fiscais poderão ser ajustadas no Projeto de Lei Orçamentária para 2017, se verificado, quando da sua elaboração, alterações que impactem na estimativa das receitas e despesas.

§ 4º Ficam automaticamente revistas as previsões dos resultados orçamentário, nominal e primário, em conformidade com os valores previstos e fixados na Lei Orçamentária de 2017.

§ 5º Ficam definidos como prioritários os programas constantes do Anexo II desta Lei, que poderão ser atualizados por ocasião da Lei Orçamentária Anual, em função do Plano Plurianual.

**CAPÍTULO III**

**DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

**Seção I**

**Da estrutura dos orçamentos**

Art. 3º A receita municipal será constituída:

- I. dos tributos de sua competência;
- II. das transferências constitucionais;
- III. das atividades econômicas que por conveniência o Município venha executar;
- IV. dos convênios firmados com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual ou de outros Municípios ou com Entidades e instituições privadas nacionais e internacionais;
- V. das oriundas de serviços executados pelo Município;
- VI. das cobranças de dívida ativa;
- VII. das alienações de bens;
- VIII. das oriundas de empréstimos e financiamentos devidamente autorizados pelo Poder Legislativo;
- IX. outras rendas.

§ 1º A discriminação da receita será de acordo com o estabelecido na Portaria Interministerial Nº163, de 04 de maio de 2001, da SOF/SEPLAN e alterações posteriores.

§ 2º As receitas oriundas de fontes vinculadas não poderão ter destinação diversa das referidas finalidades.

§ 3º As receitas serão escrituradas de forma que se identifique a arrecadação segundo a natureza de receita, fontes de recursos e parcelas vinculadas aos respectivos orçamentos.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDADO**

**LEI Nº 444/2016.**

Art. 4º Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível com suas respectivas dotações, especificando as modalidades de classificação, a saber:

I. Classificação Institucional:

- a) Poder;
- b) Órgão;
- c) Entidade
- d) Unidade Orçamentária.

II. Classificação Funcional:

- a) Função;
- b) Subfunção;
- c) Programa;
- d) Projeto, Atividade ou Operação Especial.

§ 1º A estrutura de custos dos projetos e atividades, segundo a natureza da despesa e a fonte de recursos serão nos Quadros de Detalhamento da Despesa - QDD, de cada Unidade Orçamentária que compõem o Orçamento Analítico, em consonância com os respectivos programas de trabalho consolidados e aprovados na Lei Orçamentária Anual.

§ 2º A categoria de programação a que se refere este artigo corresponde a agrupamentos de funções e subfunções, mediante a utilização dos códigos constantes do Anexo da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão, e programas, mediante a utilização dos códigos constantes dos Anexos da Lei que autorizou o Plano Plurianual para o período abrangente desta Lei.

§ 3º Em conformidade com o art. 6º da Portaria 163 de 04 de maio de 2001, da SOF/SEPLAN, na Lei Orçamentária, a discriminação da despesa, quanto à sua natureza, far-se-á, no mínimo, por categoria econômica, grupo de natureza da despesa e modalidade de aplicação.

§ 4º A natureza da despesa a que se referem os §§ 1º e 3º deste artigo correspondem a agregação de elementos de despesa, mediante a utilização dos códigos constantes dos Anexos das Portarias vigentes da Secretaria do Tesouro Nacional – STN - Secretaria de Orçamento Federal – SOF, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que tratam da matéria.

§ 5º No Projeto de Lei Orçamentária será atribuído a cada Projeto, Atividade e Operação Especial um código numérico estabelecido pelo setor responsável pelo Planejamento, órgão responsável pela elaboração da referida Lei.

§ 6º Cada projeto constará somente de uma unidade orçamentária e de um programa.

**Seção II**





PUBLICADO NO D.O.M.  
29 / 06 / 2016  
EDIÇÃO Nº 015 EXTRA

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDADO**

**LEI Nº 444/2016.**

**Do Projeto da Lei Orçamentária Anual**

Art. 5º Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação do Poder Executivo e Legislativo, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive autarquias, fundações e empresas estatais dependentes instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal.

Art. 6º O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo até o dia 31 de agosto de 2016, será constituído de:

I. Mensagem;

II. texto da lei;

III. quadros orçamentários consolidados;

IV. Anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

Art. 7º Para efeito da elaboração da Lei Orçamentária Anual de que trata a presente Lei, o Poder Legislativo encaminhará à Secretaria Municipal de Administração, sua respectiva proposta orçamentária, observado os parâmetros e diretrizes estabelecidos nesta Lei, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária.

Art. 8º A previsão da receita e a fixação da despesa no orçamento municipal terão como princípio o equilíbrio, de modo a evitar o déficit das contas do Município.

Art. 9º A Lei Orçamentária conterà no orçamento fiscal reserva de contingência, constituindo-se de dotação global sem destinação específica a determinado órgão, que será utilizada como fonte compensatória para abertura de créditos adicionais, na forma do art. 5º, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, constituída em montante correspondente de até, no máximo, 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida do Tesouro Municipal.

**Seção III**

**Dos Prazos**

Art. 10 O Poder Executivo enviará até 31 de agosto de 2016 ao Poder Legislativo Municipal o Projeto de Lei Orçamentária, com sua despesa consolidada discriminada na forma estabelecida nesta Lei.

§ 1º O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo o autógrafo do Projeto de Lei Orçamentária, com base no qual será editada a correspondente Lei, cuja integridade em relação aos documentos e arquivos de dados recebidos, para fins de publicação, será de responsabilidade do Poder Executivo:



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDADO**

PUBLICADO NO D.O.M.  
29/06/2016  
EDIÇÃO Nº 015 EXTRA

**LEI Nº 444/2016.**

**CAPÍTULO IV**

**DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO  
DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES**

**Seção I**

**Diretrizes Gerais**

Art. 11. A elaboração do Projeto, a aprovação e a execução da Lei orçamentária de 2017 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade, unidade, universalidade e anualidade, permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Parágrafo único. O Poder Legislativo realizará audiência pública durante a apreciação da Proposta Orçamentária, em conformidade com o disposto no Parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar 101/2000.

Art. 12. O Projeto de Lei Orçamentária poderá incluir a programação constante, de propostas de alterações do Plano Plurianual 2014-2017, que tenham sido objeto de Projetos de Lei específicos.

Art. 13. A alocação dos créditos orçamentários será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela execução das ações correspondentes.

Art. 14. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, à alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 15. Na programação da despesa, em conformidade com a LRF, não poderão ser:

I. fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II. incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de uma unidade orçamentária;

III. incluídas despesas a título de Investimentos - Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecida, na forma do art. 167, § 3º, da Constituição;

IV. transferidos a outras unidades orçamentárias os recursos vinculados à unidade orçamentária específica;

V. consignados créditos com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

Art. 16. Além da observância das prioridades e metas fixadas nos termos do art. 2º desta Lei, a Lei Orçamentária e seus créditos adicionais somente incluirão projetos novos se:

I. tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;





PUBLICADO NO D.O.M.

29 / 06 / 2016

EDIÇÃO Nº 015 EXTRA

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDADO**

**LEI Nº 444/2016.**

II. os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, considerando-se as contrapartidas exigíveis nos convênios, acordos e similares.

**Seção II**

**Dos Débitos Judiciais**

Art. 17. A Lei Orçamentária de 2017 somente incluirá dotações para o pagamento de precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda e pelo menos um dos seguintes documentos:

- I. certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução;
- II. certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos.

Art. 18. O órgão responsável pela Procuradoria Geral do Município, sem prejuízo do envio das relações, encaminhará à Secretaria Municipal de Administração até 05 de agosto de 2016, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária de 2017, conforme determina o art. 100, § 1º, da Constituição Federal, discriminada por órgão devedor da administração direta ou indireta, especificando:

- I. número da ação originária;
- II. número do precatório;
- III. tipo de causa julgada;
- IV. data da autuação do precatório;
- V. nome do beneficiário;
- VI. valor do precatório a ser pago;
- VII. data do trânsito em julgado;
- VIII. número da Vara ou Comarca de origem.

Parágrafo único. A relação dos débitos de que trata o caput deste artigo somente incluirá precatórios cujos processos atendam as condições estabelecidas no art. 17 desta Lei.

**Seção III**

**Das Vedações**



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDADO**

PUBLICADO NO D.O.M.  
29 / 06 / 2016  
EDIÇÃO Nº 015 EXTRA

**LEI Nº 444/2016.**

Art. 19. Não poderão ser destinados recursos para atender, direta ou indiretamente, despesas com:

I. ações que não sejam de competência exclusiva do Município, ou com ações em que não haja Lei específica que estabeleça a obrigação em cooperar técnica e financeiramente;

Art. 20. As dotações para compor a contrapartida de despesas financiadas por recursos vinculados serão, obrigatoriamente, informadas e terão identificação distinta, não podendo ter destinação diversa das finalidades referidas na motivação do convênio, ajuste, acordo ou instrumento similar, exceto se comprovado documentadamente erro na alocação desses recursos ou desnecessária por rescisão, não concretização dos financiamentos previstos ou saldo não utilizado, de tal forma que evidencie a impossibilidade da sua aplicação original.

Art. 21. Somente poderão ser incluídas no Projeto de Lei orçamentária dotações relativas às operações de crédito contratadas ou com autorizações legislativas concedidas até a data do encaminhamento do referido projeto ao Poder Legislativo.

Art. 22. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

§ 1º A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira efetivamente ocorrida, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.

§ 2º É vedada a realização de atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial no âmbito do sistema contábil utilizado, após o último dia do exercício, exceto para fins de apuração do resultado, os quais deverão ocorrer até o trigésimo dia de seu encerramento.

**Seção IV**

**Das Transferências Voluntárias**

Art. 23. É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de “auxílios” ou “subvenções sociais”, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada nas áreas de cultura, assistência social, saúde e educação que preencham uma das seguintes condições:

- I. sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social ou Educação e estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS;
- II. sejam voltadas para as ações de Saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas pelas Santas Casas de Misericórdia e por outras entidades sem fins lucrativos, e que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS;
- III. sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDADO**

---

**LEI Nº 444/2016.**

IV. atendam ao disposto no art. 204 da Constituição, no art. 61 do ADCT, art. 16 e seguintes da Lei 4.320/64, bem como ao disposto na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993;

V. sejam signatárias de contrato de gestão com a administração pública municipal;

VI. sejam qualificadas como organizações sociais;

VII. sejam qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, com termo de parceria firmado com o Poder Público, de acordo com a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999;

VIII. sejam qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a capacidade de atletas nas modalidades de torneios, campeonatos de amadores e profissionais que de alguma forma incentivem o esporte e representem o Município.

Art. 24. É vedada a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de "auxílios" para pessoas físicas, a qualquer título, sem que haja Lei ou programa específicos voltados à assistência social, educacional ou de Saúde nos quais estejam definidos os critérios da concessão dos auxílios.

**Seção V**

**Das alterações da Execução da**

**Lei Orçamentária Anual**

Art. 25. As propostas de modificação do projeto de Lei Orçamentária Anual serão apresentadas:

- I. na forma das disposições constitucionais e no estabelecido na Lei Orgânica do Município;
- II. acompanhadas de exposição de motivos que as justifiquem.

Art. 26. Na apreciação pelo Poder Legislativo do Projeto de Lei Orçamentária Anual, as emendas somente poderão ser aprovadas caso:

- I. sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- II. indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídos os que incidam sobre:
  - a) dotação para pessoal e seus encargos;
  - b) serviço da dívida.
- III. sejam relacionadas com:
  - a) a correção de erros ou omissões;



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDADO**

**LEI Nº 444/2016.**

b) os dispositivos do texto do Projeto de Lei.

§ 1º As emendas deverão indicar como parte da justificativa:

I. no caso de incidirem sobre despesas com investimentos, a viabilidade econômica e técnica do Projeto durante a vigência da Lei Orçamentária;

II. no caso de incidirem sobre despesas com ações de manutenção, a comprovação de que não inviabilizarão as atividades de natureza operacional da entidade ou órgão cuja despesa é reduzida;

III. em relação a alterações das categorias de programação e grupo de despesa dos projetos originais, indicar o total dos acréscimos e o total dos decréscimos, identificando cada uma das dotações modificadas com a indicação das alterações atribuídas;

IV. as inclusões de novas categorias de programação e, em relação a estas, os detalhamentos fixados na Lei de Orçamento, com indicação das fontes financiadoras e as denominações atribuídas.

V. quadro demonstrativo da manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas e a correspondência das fontes de recursos.

§ 2º É vedada a inclusão de emendas ao Projeto de Lei e à Lei Orçamentária, bem como, em suas alterações que anulem dotações provenientes:

I. de precatórios judiciais;

II. do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB;

III. do limite mínimo para área do ensino, estipulada pela Constituição Federal;

IV. de receitas vinculadas a finalidades específicas, tais como a convênios, execução de programas especiais e operações de créditos;

V. de receitas diretamente arrecadadas por órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista;

VI. do limite mínimo para área de Saúde, estipulada pela Emenda Constitucional nº 29;

VII. de contrapartida obrigatória do Tesouro Municipal a recursos transferidos ao Município.

§ 3º A correção de erros ou omissões será justificada circunstancialmente e não implicará em indicação de recursos para aumento de despesas previstas no Projeto de Lei Orçamentária.

Art. 27. A criação de novos projetos ou atividades, além dos constantes da proposta de Lei Orçamentária Anual, somente será admitida mediante a redução de dotações alocadas a outros projetos ou atividades, observadas as mesmas fontes de financiamento, as disposições constitucionais, o estabelecido na Lei Orgânica do Município e nesta Lei.





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDADO**

**LEI Nº 444/2016.**

Art. 28. O Poder Executivo poderá enviar Mensagem ao Poder Legislativo para propor modificação no Projeto de Lei Orçamentária enquanto não iniciada na Comissão Técnica a votação da parte cuja alteração é proposta.

Art. 29. Os créditos adicionais autorizados pelo Legislativo serão abertos e apresentados com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária, definido no art. 30 desta Lei, e em conformidade aos preceitos estabelecidos nos artigos 40 e seguintes da Lei 4.320/64.

Parágrafo único. Os créditos adicionais autorizados e as alterações do Quadro do Detalhamento de Despesas, alterações do Orçamento Analítico, serão editados mediante Decreto do Executivo.

Art. 30. Na Lei Orçamentária Anual poderão constar as seguintes autorizações:

I. para abertura de créditos suplementares, autorização de até 50% (cinquenta por cento) do valor da despesa autorizada.

II. para realizar operações de crédito por antecipação da Receita, até o limite legalmente permitido em resolução definida pelo Senado Federal.

**CAPÍTULO V**

**DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM  
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

Art. 31. Das propostas orçamentárias dos Poderes Executivo e Legislativo constarão quadros demonstrativos do número de servidores bem como das respectivas despesas globais.

Art. 32. As dotações orçamentárias destinadas às despesas com pessoal e encargos sociais serão estimadas com base nas despesas executadas no mês de junho de 2016, projetadas para o exercício de 2017, considerando os eventuais acréscimos legais, alterações de planos de carreira e admissões para preenchimento de cargos, observado, além da legislação pertinente, os limites previstos nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 1º As dotações para atendimento das despesas com a eventual admissão de pessoal sob regime especial de contratação, permitida conforme disposto na Lei Complementar nº 02, de 15 de março de 1991, com suas alterações posteriores, serão alocadas em atividade específica, nas respectivas Secretarias.

Art. 33. Fica o Poder Executivo Municipal, por intermédio da Secretaria de Administração, autorizado a realizar o seguinte:

I – criar, extinguir ou reestruturar o plano de cargos, carreiras e salários dos servidores municipais, observando as condições estabelecidas nesta lei e as restrições do art. 71, da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDADO**

**LEI Nº 444/2016.**

II- realizar concurso público para cargos efetivos do quadro de pessoal do município.

III – realizar programa de treinamento e qualificação do servidor público municipal:

Art. 34. Se a despesa com pessoal ultrapassar o limite prudencial estabelecido na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a realização de serviço extraordinário, no decorrer do exercício de 2017, dependerá de autorização especial prévia e será admitida apenas para setores considerados relevantes para o interesse público, voltados para as áreas de educação e de saúde, em situações de emergência que envolvam risco ou prejuízo para a população.

Art. 35. O disposto no § 1º, do art. 18, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal.

Parágrafo único. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput deste artigo, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I – sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade; e

II – não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de categoria ou cargo extinto, total ou parcialmente.

**CAPÍTULO VI**  
**DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA**  
**LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Art. 36. Poderá o Poder Executivo Municipal realizar no exercício financeiro de 2017:

I – atualização e adequação do Código Tributário do Município a nova sistemática tributária nacional;

II – melhoramento do serviço de arrecadação dos tributos municipais com adoção de medidas capazes de motivar o contribuinte ao pagamento e evitar a evasão de receitas.

**CAPÍTULO VII**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Seção I**

**Da limitação de empenhos**





PUBLICADO NO D.O.M.

29 / 06 / 2016

EDIÇÃO Nº 015 EXTRA

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDADO**

**LEI Nº 444/2016.**

Art. 37. Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas na LRF, essa será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de "outras despesas correntes", "investimentos" e "inversões financeiras" de cada Poder do Município.

§ 1º Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

**Seção II**

**Das Diretrizes Gerais para elaboração, execução e cumprimento das metas do orçamento Municipal**

Art. 38. O projeto de lei orçamentária, relativo ao exercício de 2017, como instrumento de transparência da gestão fiscal, deverá assegurar o controle social na sua execução mediante o incentivo a participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão (LC 101/00; art. 48, parágrafo único).

Art. 39. Se verificando, ao final de um bimestre, que a regularização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no anexo de Metas Fiscais, o Poder Executivo promoverá, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenhos e movimentação financeira segundo os critérios:

- I – redução de empenhos relativos a horas extras;
- II – redução de empenhos relativos a serviços de terceiros;
- III – redução de empenhos com obras, exceto as decorrentes de convênios;
- IV – redução de despesas de consumo.
- V – as normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos orçamentários;
- VI – as condições e exigências para transferências de recursos a instituições públicas e privadas;
- VII – a forma de utilização e montante da reserva de contingência.

**Seção II**

**Disposições finais**



PUBLICADO NO D.O.M.

29 / 06 / 2016

EDIÇÃO Nº 015 EXTRA

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDADO**

---

**LEI Nº 444/2016.**

Art. 40. O Poder Executivo deverá elaborar e publicar até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2017 o cronograma anual de desembolso mensal, por órgão do Poder Executivo, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

Art. 41. Os preços estimados para a Proposta Orçamentária de 2017 terão como base a projeção da média mensal da execução da receita e despesa calculada sobre o período compreendido entre 01 de julho de 2015 a 30 de junho de 2016.

Art. 42. O valor máximo de despesas consideradas irrelevantes para fim de criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental fica limitado a 1% (um por cento) das receitas correntes. (art. 16, § 1º, da LRF).

Art. 43. Poderá o Executivo participar de consórcio intermunicipal, mediante aprovação de protocolo de intenção entre os partícipes e lei específica aprovada pela Câmara.

Art. 44. São partes integrantes desta Lei, os anexos de que tratam das Metas e Riscos Fiscais e das Despesas de Capital, conforme dispõe a Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000.

Art. 45. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Constitucional do Município de Condado, Estado da Paraíba em 28 de Junho de 2016.

**Caio Rodrigo Bezerra Paixão**  
Prefeito Constitucional





PUBLICADO NO D.O.M.  
29/06/2016  
EDIÇÃO Nº 015 EXTRA

**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONDADO**

---

**ANEXO I**

**PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL  
PARA A LDO 2017**

**CÂMARA MUNICIPAL DE CONDADO**

**ATIVIDADES:**

Manutenção das Atividades da Câmara Municipal  
Contribuição para o INSS do Pessoal da Câmara Municipal

**GABINETE DO PREFEITO**

**PROJETO:**

Reforma e ampliação do prédio da Prefeitura Municipal

**ATIVIDADES:**

Manutenção das Atividades administrativas do Gabinete do Prefeito  
Divulgação das atividades e atos da administração Municipal  
Contribuição para Famup e outros

**SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**

**PROJETO:**

Realização de concurso público

**ATIVIDADES:**

Manutenção das Atividades da Secretaria de administração e planejamento  
Manutenção da assessoria Jurídica  
Pagamento de ações judiciais

**SECRETARIA DE FINANÇAS**

**ATIVIDADES:**

Manutenção das atividades administrativas da secretaria de finanças



PUBLICADO NO D.O.M.  
29/06/2016  
EDIÇÃO Nº 015 EXTRA

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONDADO**

---

Amortização e encargos da dívida contratada  
Amortização e encargos com a dívida do INSS  
Pagamento de dívida junto a energisa  
Pagamento de dívida junto a cagepa

**SER OBRAS PÚBLICAS SER. URBANO**

**PROJETO:**

Implantação de melhorias habitacionais  
Implantação e ampliação de saneamento básico  
Reforma e ampliação do cemitério  
Desapropriação/aquisição de imóveis  
Construção de estradas vicinais  
Pavimentação de ruas e avenidas  
Construção de passagem molhada  
Construção e reformas de praças  
Construção e instalação de poços artesianos

**ATIVIDADES:**

Manutenção das Atividades da Secretaria de obras públicas e serviços urbanos  
Reciclagem e tratamento de resíduos sólidos urbanos  
Manutenção de iluminação pública  
Manutenção de praças públicas  
Manutenção dos recursos do fundo especial do petróleo - FEP

**SECRETARIA DE SAÚDE**

**PROJETO:**

Implantação de melhorias sanitárias domiciliares  
Implantação e ampliação de esgotamento sanitário  
Implantação e ampliação do sistema de abastecimento d'água





PUBLICADO NO D.O.M.  
29/06/2016  
EDIÇÃO Nº 015 EXTRA

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONDADO**

---

**ATIVIDADES:**

Manutenção das atividades administrativas da secretaria saúde  
Implantação do plano municipal de saneamento básico  
Manutenção dos conselhos da saúde

**SEC AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

**PROJETOS:**

Aquisição de um veículo frigorífico  
Implantação de infraestrutura rodoviária  
Aquisição de equipamentos para engenho de cana de açúcar  
Aquisição de trator e implementos agrícolas  
Aquisição de um caminhão pipa

**ATIVIDADES:**

Manutenção das atividades da secretaria agricultura e meio ambiente  
Melhoramento e recuperação de estradas vicinais  
Assistência ao pequeno produtor rural  
Preservação e conservação do meio-ambiente  
Contribuição ao fundo seguro safra

**SEC DE AÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL**

**ATIVIDADES:**

Doação diversas a pessoas físicas instituídas em lei municipal  
Manutenção do conselho tutelar  
Manutenção das Atividades da secretaria de ação e promoção social  
Manutenção das atividades de controle social

**SEC MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**PROJETO:**

Implantação do programa inclusão digital  
Ampliação/reforma de unidades escolares e aquisição de equipamento



PUBLICADO NO D.O.M.  
29 / 06 / 2016  
EDIÇÃO Nº 015 EXTRA

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONDADO**

---

Aquisição de um transporte para secretaria de educação  
Aquisição de veículos para transporte de estudantes  
Conclusão do complexo poli esportivo da EMSAL  
Construção de Escola na zona rural  
Aquisição de equipamento e mobiliário para ensino fundamental  
Construção de escola na sede do município  
Aquisição de materiais didáticos para ensino fundamental  
Aquisição de equipamento mobiliário para ensino infantil  
Aquisição de materiais didáticos para escolas de ens. infantil

**ATIVIDADES:**

Programa de alimentação escolar - mais educação  
Manutenção das atividades do desenvolvimento do ensino-MDE  
Manutenção das atividades da educação infantil - MDE  
Manutenção das atividades de jovens e adultos eja - MDE  
Manutenção do Pnae - ensino fundamental  
Manutenção do transporte escolar - ensino fundamental  
Manutenção do salário educação – QSE  
Manutenção dos conselhos de educação  
Manutenção do transporte escolar - ensino infantil  
Manutenção da secretaria de educação  
Manutenção do PDDE  
Manutenção do pnae - pré escola  
Manutenção do pnae – mais educação  
Manutenção do pnae – ensino fundamental  
Manutenção do pnae eja - jovens e adultos  
Manutenção do transporte escolar - ensino médio  
Manutenção das Atividades de jovens e adultos eja - fundeb  
Manutenção das atividades do ens. Fundamental - fundeb





PUBLICADO NO D.O.M.  
29 / 06 / 2016  
EDIÇÃO Nº 015 EXTRA

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONDADO**

---

Manutenção das Atividades da educ. Infantil Fundeb- outras despesas  
Manutenção do programa Brasil alfabetizado  
Manutenção do programa projovem campo – saberes da terra  
Manutenção dos conselhos de educação

**SEC DE ESPORTE TURISMO E LAZER**

**PROJETOS:**

Implantação Ampliação Ou melhoria de obras de infraestrutura Turístico  
Ampliação do complexo turístico Edvaldo Mota  
Impl. Ampl. Melhoria de obras de infraestrutura esportiva  
Construção do campo de futebol  
Construção de área de eventos  
Construção de quadra poliesportiva

**ATIVIDADES:**

Promoção de eventos sociais  
Manutenção das atividades da secretaria esporte, turismo e lazer  
Apoio a comunidade esportiva local  
Manutenção do programa segundo tempo  
Fomento e realização das atividades desportivas

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**Projetos:**

Construção, ampliação e reforma de unidades básicas de saúde  
Aquisição de unidade móvel/ambulância  
Aquisição de veículo para o PSF  
Aquisição de equipamento para saúde  
Construção de polos de academia de saúde

**Atividades:**

Manutenção das Atividades dos agentes comunitários de saúde - ACS



PUBLICADO NO D.O.M.  
29 / 06 / 2016  
EDIÇÃO Nº 015 EXTRA

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONDADO**

---

Manutenção da farmácia básica  
Manutenção das ações estruturantes de vigilância sanitária  
Manutenção das atividades de saúde da família - SF  
Manutenção do Piso fixo de vigilância e promoção da saúde - PFVPS  
Manutenção da saúde bucal  
Manutenção do fundo municipal de saúde- FMS  
Manutenção do Teto munic. Méd. Alta complexidade ambulatorial e hosp  
Manutenção do NASF- núcleo de apoio a saúde da família  
Manut. Das ações do centro de especialidades odontológicas-CEO  
Teto municipal da rede brasil sem miséria  
Manutenção do programa pab - fixo  
Outros programas da media e alta complexidade- sus  
Pmaq-programa de melhoria do acesso e da qualidade da atenção básica  
Compensação de especificidades regionais

**FUNDO MUN ASSISTÊNCIA SOCIAL**

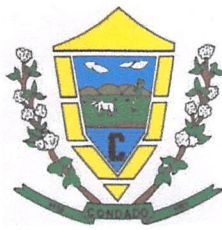
**PROJETO:**

Implantação de um centro de referência de assist social-CRAS  
Aquisição de equipamentos para o CRAS  
Implantação de uma cozinha comunitária  
Implantação de uma unid de apoio a dist de alim. da agricultura familiar

**ATIVIDADES:**

Manutenção de gestão do programa bolsa família - IGD/PBF  
Manutenção de outros programas e serviços sociais  
Manut. Serviço. Proteção e atendimento integral a família  
Implantar e manter o programa de segurança alimentar  
Manutenção de atividades de gestão do suas - IGD/SUAS  
Co-financiamento dos serviços, programas e projetos do suas  
Manutenção do conselho municipal de assistência social  
Manut. Prog. Munic. Capac. E formação. Trabalhadores do suas





PUBLICADO NO D.O.M.  
29 / 06 / 2016  
EDIÇÃO Nº 015 EXTRA

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONDADO**

---

Manut. Serviços da proteção social especial-pse

Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos - SCFV

**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**

**PROJETO:**

Implantação de um museu

**ATIVIDADES:**

Realização da semana cultural

Manutenção da secretaria de cultura

Realização e apoio de eventos culturais

**FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA**

**PROJETO:**

Construção de centro de convivência para idosos

**ATIVIDADESS:**

Manutenção das ações do fundo municipal dos direitos da pessoa idosa.

**RESERVA DE CONTINGÊNCIA**

Reserva de Contingência

**Caio Rodrigo Bezerra Paixão**  
Prefeito



PUBLICADO NO D.O.M.

29/06/2016

EDIÇÃO Nº 015 EXTRA

ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONDADO

ANEXO DAS  
DESPESAS DE CAPITAL

| DESPESA DE CAPITAL                             | LDO – EXERCÍCIO FINANCEIRO 2017 |                      |                            |
|--|---------------------------------|----------------------|----------------------------|
|  | CÓDIGO                          | VALOR                | % sobre o Total da Despesa |
| <b>I. DESPESA DE CAPITAL</b>                   | <b>4.0.00.00.00</b>             | <b>12.244.425,00</b> | <b>100%</b>                |
| <b>II. INVESTIMENTOS</b>                       | <b>4.4.00.00.00</b>             | <b>12.068.175,00</b> | <b>98,56%</b>              |
| RATEIO PELA PART. EM CONSÓRCIO PÚBLICO         | 4.4.71.70.01                    | 16.100,00            | 0,13%                      |
| MATERIAL DE CONSUMO                            | 4.4.90.30.01                    | 47.860,00            | 0,39%                      |
| OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA   | 4.4.90.36.01                    | 8.520,00             | 0,07%                      |
| OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA | 4.4.90.39.01                    | 10.650,00            | 0,09%                      |
| OBRAS E INSTALAÇÕES                            | 4.4.90.51.01                    | 9.207.180,00         | 75,19%                     |
| EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE             | 4.4.90.52.01                    | 2.658.715,00         | 21,71%                     |
| AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS                           | 4.4.90.61.01                    | 68.900,00            | 0,56%                      |
| DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES              | 4.4.90.92.01                    | 15.100,00            | 0,12%                      |
| INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES                    | 4.4.90.93.01                    | 35.150,00            | 0,29%                      |
| <b>III. AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA</b>              | <b>4.6.00.00.00</b>             | <b>176.250,00</b>    | <b>1,44%</b>               |
| PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO       | 4.6.90.71.01                    | 176.250,00           | 1,44%                      |

FONTE: Sistema Elmar Informática Ltda, Unidade Responsável Secretária de Finanças, 15/04/2016

Caio Rodrigo Bezerra Paixão  
Prefeito





PUBLICADO NO D.O.M.  
29 / 06 / 2016  
EDIÇÃO Nº 015 EXTRA

**MUNICÍPIO DE CONDADO - PB**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE RISCOS FISCAIS**  
**DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**  
2017

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

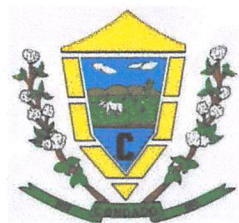
| PASSIVOS CONTINGENTES        |               | PROVIDÊNCIAS  |               |
|------------------------------|---------------|---|---------------|
| Descrição                    | Valor         | Descrição   | Valor         |
| Demandas Judiciais           | 6.655         | Abertura de créditos adicionais a partir do cancelamento de dotação de despesas discricionárias |               |
| Dívidas em Processo de       | -             |   |               |
| Avais e Garantias Concedidas | -             |   | 67.138        |
| Assunção de Passivos         | -             |   |               |
| Assistências Diversas        | -             |   |               |
| Outros Passivos Contingentes | 60.483        |   |               |
| <b>SUBTOTAL</b>              | <b>67.138</b> | <b>SUBTOTAL</b>   | <b>67.138</b> |

| DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS  |                | PROVIDÊNCIAS   |                |
|---------------------------------|----------------|--|----------------|
| Descrição                       | Valor          | Descrição  | Valor          |
| Frustração de Arrecadação       | 126.445        | Ajuste da programação financeira através da limitação de empenho | 126.445        |
| Restituição de Tributos a Maior | -              |  |                |
| Discrepância de Projeções:      | -              |  | -              |
| Outros Riscos Fiscais           | -              |  | -              |
| <b>SUBTOTAL</b>                 | <b>126.445</b> | <b>SUBTOTAL</b>  | <b>126.445</b> |
| <b>TOTAL</b>                    | <b>193.583</b> | <b>TOTAL</b>   | <b>193.583</b> |

FONTE: Sistema Elmar Informática, Unidade Responsável Secretaria de Finanças, 15/04/2016

  
CAIO RODRIGO BEZERRA PAIXÃO  
PREFEITO

PUBLICADO NO D.O.M.  
29 / 06 / 2016  
EDIÇÃO Nº 015 EXTRA



**MUNICÍPIO DE CONDADO - PB**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**METAS ANUAIS**  
**2017**

PUBLICADO NO D.O.M.  
29 / 06 / 2016  
EDIÇÃO Nº 015 EXTRA

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO                       | 2017               |                 |                       | 2018               |                 |                       | 2019               |                 |                       |
|-------------------------------------|--------------------|-----------------|-----------------------|--------------------|-----------------|-----------------------|--------------------|-----------------|-----------------------|
|                                     | Valor Corrente (a) | Valor Constante | % PIB (a / PIB) x 100 | Valor Corrente (b) | Valor Constante | % PIB (b / PIB) x 100 | Valor Corrente (c) | Valor Constante | % PIB (c / PIB) x 100 |
| Receita Total                       | 31.488.691         | 29.566.846      | -                     | 33.535.456         | 29.567.498      | -                     | 35.882.938         | 29.706.878      | -                     |
| Receitas Primárias (I)              | 31.325.260         | 29.413.390      | -                     | 33.361.402         | 29.414.038      | -                     | 35.696.700         | 29.552.695      | -                     |
| Despesa Total                       | 31.488.691         | 29.566.846      | -                     | 33.535.456         | 29.567.498      | -                     | 35.882.938         | 29.706.878      | -                     |
| Despesas Primárias (II)             | 31.212.605         | 29.307.610      | -                     | 33.241.424         | 29.308.256      | -                     | 35.568.324         | 29.446.414      | -                     |
| Resultado Primário (III) = (I - II) | 112.655            | 105.779         | -                     | 119.978            | 105.782         | -                     | 128.376            | 106.280         | -                     |
| Resultado Nominal                   | 114.550            | 107.559         | -                     | 121.996            | 107.561         | -                     | 130.535            | 108.068         | -                     |
| Dívida Pública Consolidada          | 7.090.436          | 6.657.686       | -                     | 7.551.314          | 6.657.833       | -                     | 8.079.906          | 6.689.218       | -                     |
| Dívida Consolidada Líquida          | 6.429.725          | 6.037.300       | -                     | 6.847.657          | 6.037.433       | -                     | 7.326.993          | 6.065.894       | -                     |

FONTE: Sistema Elmar Informática, Unidade Responsável Secretaria de Finanças, 15/04/2016

**CAIO RODRIGO BEZERRA PAIXÃO**  
PREFEITO

PUBLICADO NO D.O.M.  
29 / 06 / 2016  
EDIÇÃO Nº 015 EXTRA





PUBLICADO NO D.O.M.  
29 / 06 / 2016  
EDIÇÃO Nº 015 EXTRA

**MUNICÍPIO DE CONDADO - PB**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**  
**2017**

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

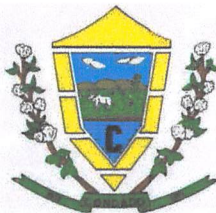
R\$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO                     | <Ano-2>     |       | Metas Realizadas em |       | Variação             |                  |
|-----------------------------------|-------------|-------|---------------------|-------|----------------------|------------------|
|                                   | 2015<br>(a) | % PIB | 2015<br>(b)         | % PIB | Valor<br>(c) = (b-a) | %<br>(c/a) x 100 |
| Receita Total                     | 28.758.642  | -     | 12.766.427          | -     | (15.992.215)         | (55,61)          |
| Receitas Primárias (I)            | 28.674.233  | -     | 12.594.435          | -     | (16.079.798)         | (56,08)          |
| Despesa Total                     | 28.758.642  | -     | 12.633.330          | -     | (16.125.312)         | (56,07)          |
| Despesas Primárias (II)           | 28.609.789  | -     | 12.495.715          | -     | (16.114.074)         | (56,32)          |
| Resultado Primário (III) = (I-II) | 64.444      | -     | 98.719              | -     | 34.275               | 53,19            |
| Resultado Nominal                 | 100.494     | -     | 100.494             | -     | -                    | -                |
| Dívida Pública Consolidada        | 6.310.463   | -     | 6.310.463           | -     | -                    | -                |
| Dívida Consolidada Líquida        | 5.722.434   | -     | 5.722.434           | -     | -                    | -                |

FONTE: Sistema Elmar Informática, Unidade Responsável Secretaria de Finanças, 15/04/2016

**CAIO RODRIGO BEZERRA PAIXÃO**  
PREFEITO

PUBLICADO NO D.O.M.  
29 / 06 / 2016  
EDIÇÃO Nº 015 EXTRA



PUBLICADO NO D.O.M.  
29/06/2016  
EDIÇÃO Nº 015 EXTRA

**MUNICÍPIO DE CONDADO- PB**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**

**METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**  
**2017**

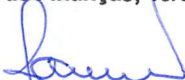
AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO                       | VALORES A PREÇOS CORRENTES |            |          |            |       |            |        |            |      |            |      |
|-------------------------------------|----------------------------|------------|----------|------------|-------|------------|--------|------------|------|------------|------|
|                                     | 2014                       | 2015       | %        | 2016       | %     | 2017       | %      | 2018       | %    | 2019       | %    |
| Receita Total                       | 30.780.203                 | 28.758.642 | (6,57)   | 34.840.188 | 21,15 | 31.488.691 | (9,62) | 33.535.456 | 6,50 | 35.882.938 | 7,00 |
| Receitas Primárias (I)              | 30.764.071                 | 28.674.233 | (6,79)   | 34.704.401 | 21,03 | 31.325.260 | (9,74) | 33.361.402 | 6,50 | 35.696.700 | 7,00 |
| Despesa Total                       | 30.780.203                 | 28.758.642 | (6,57)   | 34.840.188 | 21,15 | 31.488.691 | (9,62) | 33.535.456 | 6,50 | 35.882.938 | 7,00 |
| Despesas Primárias (II)             | 24.629.002                 | 28.609.789 | 16,16    | 34.628.307 | 21,04 | 31.212.605 | (9,86) | 33.241.424 | 6,50 | 35.568.324 | 7,00 |
| Resultado Primário (III) = (I - II) | 6.135.069                  | 64.444     | (98,95)  | 76.094     | 18,08 | 112.655    | 48,05  | 119.978    | 6,50 | 128.376    | 7,00 |
| Resultado Nominal                   | (546.935)                  | 100.494    | (118,37) | 107.528    | 7,00  | 114.550    | 6,53   | 121.996    | 6,50 | 130.535    | 7,00 |
| Dívida Pública Consolidada          | 6.151.201                  | 6.310.463  | 2,59     | 6.689.090  | 6,00  | 7.090.436  | 6,00   | 7.551.314  | 6,50 | 8.079.906  | 7,00 |
| Dívida Consolidada Líquida          | 5.621.940                  | 5.722.434  | 1,79     | 6.065.780  | 6,00  | 6.429.725  | 6,00   | 6.847.657  | 6,50 | 7.326.993  | 7,00 |

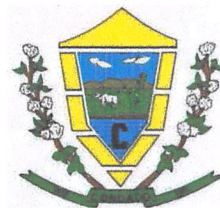
| ESPECIFICAÇÃO                       | VALORES A PREÇOS CONSTANTES |            |          |            |       |            |         |            |      |            |      |
|-------------------------------------|-----------------------------|------------|----------|------------|-------|------------|---------|------------|------|------------|------|
|                                     | 2014                        | 2015       | %        | 2016       | %     | 2017       | %       | 2018       | %    | 2019       | %    |
| Receita Total                       | 27.138.250                  | 27.003.420 | (0,50)   | 34.840.188 | 29,02 | 29.566.846 | (15,14) | 29.567.498 | 0,00 | 29.706.878 | 0,47 |
| Receitas Primárias (I)              | 27.124.027                  | 26.924.162 | (0,74)   | 34.704.401 | 28,90 | 29.413.390 | (15,25) | 29.414.038 | 0,00 | 29.552.695 | 0,47 |
| Despesa Total                       | 27.138.250                  | 27.003.420 | (0,50)   | 34.840.188 | 29,02 | 29.566.846 | (15,14) | 29.567.498 | 0,00 | 29.706.878 | 0,47 |
| Despesas Primárias (II)             | 21.714.867                  | 26.863.652 | 23,71    | 34.628.307 | 28,90 | 29.307.610 | (15,37) | 29.308.256 | 0,00 | 29.446.414 | 0,47 |
| Resultado Primário (III) = (I - II) | 5.409.159                   | 60.511     | (98,88)  | 76.094     | 25,75 | 105.779    | 39,01   | 105.782    | 0,00 | 106.280    | 0,47 |
| Resultado Nominal                   | (482.221)                   | 94.361     | (119,57) | 107.528    | 13,95 | 107.559    | 0,03    | 107.561    | 0,00 | 108.068    | 0,47 |
| Dívida Pública Consolidada          | 5.423.383                   | 5.925.318  | 9,26     | 6.689.090  | 12,89 | 6.657.686  | (0,47)  | 6.657.833  | 0,00 | 6.689.218  | 0,47 |
| Dívida Consolidada Líquida          | 4.956.745                   | 5.373.178  | 8,40     | 6.065.780  | 12,89 | 6.037.300  | (0,47)  | 6.037.434  | 0,00 | 6.065.894  | 0,47 |

FONTE: Sistema Elmar Informática, Unidade Responsável Secretaria de Finanças, 15/04/2016

  
**CAIO RODRIGO BEZERRA PAIXÃO**  
PREFEITO

PUBLICADO NO D.O.M.  
29/06/2016  
EDIÇÃO Nº 015 EXTRA





**MUNICÍPIO DE CONDADO - PB**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**2017**

PUBLICADO NO D.O.M.  
29/06/2016  
EDIÇÃO Nº 015 EXTRA

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

| PATRIMÔNIO LÍQUIDO  | 2015                  | %          | 2014                  | %          | 2013                  | %          |
|---------------------|-----------------------|------------|-----------------------|------------|-----------------------|------------|
| Patrimônio/Capital  | (2.858.132,36)        | 100        | (3.112.968,26)        | 100        | (6.415.116,18)        | 100        |
| Reservas            | -                     | -          | -                     | -          | -                     | -          |
| Resultado Acumulado | -                     | -          | -                     | -          | -                     | -          |
| <b>TOTAL</b>        | <b>(2.858.132,36)</b> | <b>100</b> | <b>(3.112.968,26)</b> | <b>100</b> | <b>(6.415.116,18)</b> | <b>100</b> |

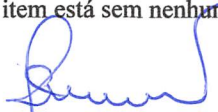
**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

| PATRIMÔNIO LÍQUIDO  | 2015 | % | 2014 | % | 2013 | % |
|---------------------|------|---|------|---|------|---|
| Patrimônio          |      |   |      |   |      |   |
| Reservas            |      |   |      |   |      |   |
| Lucros ou Prejuízos |      |   |      |   |      |   |
| <b>TOTAL</b>        |      |   |      |   |      |   |

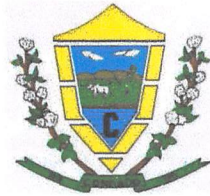
FONTE: Sistema Elmar Informática, Unidade Responsável Secretária de Finanças, 15/04/2016

**Nota:**

- a) A redução do Patrimônio Líquido Negativo do Município deve-se principalmente ao decréscimo da dívida pública.  
b) O município de Condado não possui RPPS, portanto, esse item está sem nenhum valor adicionado.

  
**CAIO RODRIGO BEZERRA PAIXÃO**  
PREFEITO

PUBLICADO NO D.O.M.  
29/06/2016  
EDIÇÃO Nº 015 EXTRA



**MUNICÍPIO DE CONDADO- PB**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**  
**2017**

PUBLICADO NO D.O.M.  
29 / 06 / 2016  
EDIÇÃO Nº 015 EXTRA

AMF - Demonstrativo 5(LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

| <b>RECEITAS REALIZADAS</b>                         | 2015<br>(a) | 2014<br>(b) | 2013<br>(c) |
|--|-------------|-------------|-------------|
| RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)      | 59.100,00   | -           | 78.308,28   |
| Alienação de Bens Móveis                           | 59.100,00   | -           | 78.308,28   |
| Alienação de Bens Imóveis                          | -           | -           | -           |
|  |             |             |             |
| <b>DESPESAS EXECUTADAS</b>                         | 2015<br>(d) | 2014<br>(e) | 2013<br>(f) |
| APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II) | -           | -           | 73.308,28   |
| DESPESAS DE CAPITAL                                | -           | -           | 73.308,28   |
| Investimentos                                      | -           | -           | 73.308,28   |
| Inversões Financeiras                              | -           | -           | -           |
| Amortização da Dívida                              | -           | -           | -           |
| DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA      | -           | -           | -           |
| Regime Geral de Previdência Social                 | -           | -           | -           |
| Regime Próprio de Previdência dos Servidores       | -           | -           | -           |
|  |             |             |             |
| <b>SALDO FINANCEIRO</b>                            | 2015        | 2014        | 2013        |
| VALOR (III)  | 59.100,00   | -           | -           |

FONTE: Sistema Elmar Informática, Unidade Responsável Secretaria de Finanças, 15/04/2016

  
**CAIO RODRIGO BEZERRA PAIXÃO**  
PREFEITO

PUBLICADO NO D.O.M.  
29 / 06 / 2016  
EDIÇÃO Nº 015 EXTRA





PUBLICADO NO D.O.M.  
29/06/2016  
EDIÇÃO Nº 015 EXTRA

**MUNICÍPIO DE CONDADO - PB**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
**2017**

AMF – Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea “a”)

R\$ 1,00

| <b>RECEITAS</b>   | <b>2013</b> | <b>2014</b> | <b>2015</b> |
|---|-------------|-------------|-------------|
| <b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b> |             |             |             |
| RECEITAS CORRENTES  |             |             |             |
| Receita de Contribuições dos Segurados                                  |             |             |             |
| Pessoal Civil   |             |             |             |
| Pessoal Militar   |             |             |             |
| Outras Receitas de Contribuições  |             |             |             |
| Receita Patrimonial   |             |             |             |
| Receita de Serviços   |             |             |             |
| Outras Receitas Correntes   |             |             |             |
| Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS                          |             |             |             |
| Outras Receitas Correntes   |             |             |             |
| RECEITAS DE CAPITAL   |             |             |             |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos                                    |             |             |             |
| Amortização de Empréstimos  |             |             |             |
| Outras Receitas de Capital  |             |             |             |
| (-) DEDUÇÕES DA RECEITA   |             |             |             |
| <b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>       |             |             |             |
| RECEITAS CORRENTES  |             |             |             |
| Receita de Contribuições  |             |             |             |
| Patronal  |             |             |             |
| Pessoal Civil   |             |             |             |
| Pessoal Militar   |             |             |             |
| Cobertura de Déficit Atuarial   |             |             |             |
| Regime de Débitos e Parcelamentos                                       |             |             |             |
| Receita Patrimonial   |             |             |             |
| Receita de Serviços   |             |             |             |
| Outras Receitas Correntes   |             |             |             |

PUBLICADO NO D.O.M.  
29/06/2016  
EDIÇÃO Nº 015 EXTRA

|  |  |  |  |
|--|--|--|--|
| RECEITAS DE CAPITAL  |  |  |  |
| (-) DEDUÇÕES DA RECEITA                                    |  |  |  |
| <b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)</b> |  |  |  |

| <b>DESPESAS</b>  | 2013 | 2014 | 2015 |
|--|------|------|------|
| <b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)</b> |      |      |      |
| ADMINISTRAÇÃO  |      |      |      |
| Despesas Correntes   |      |      |      |
| Despesas de Capital  |      |      |      |
| PREVIDÊNCIA  |      |      |      |
| Pessoal Civil  |      |      |      |
| Pessoal Militar  |      |      |      |
| Outras Despesas Previdenciárias  |      |      |      |
| Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS                           |      |      |      |
| Demais Despesas Previdenciárias  |      |      |      |
| <b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)</b>         |      |      |      |
| ADMINISTRAÇÃO  |      |      |      |
| Despesas Correntes   |      |      |      |
| Despesas de Capital  |      |      |      |
| <b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)</b>                |      |      |      |

|  |  |  |  |
|--|--|--|--|
| <b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b> |  |  |  |
|--|--|--|--|

| <b>APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR</b> | 2013 | 2014 | 2015 |
|---|------|------|------|
| <b>TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS</b>  |      |      |      |
| Plano Financeiro  |      |      |      |
| Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras                       |      |      |      |
| Recursos para Formação de Reserva   |      |      |      |
| Outros Aportes para o RPPS  |      |      |      |
| Plano Previdenciário  |      |      |      |
| Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro                               |      |      |      |
| Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial                                 |      |      |      |
| Outros Aportes para o RPPS  |      |      |      |

|                              |  |  |  |
|------------------------------|--|--|--|
| RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS |  |  |  |
| BENS E DIREITOS DO RPPS      |  |  |  |

FONTE: Sistema Elmar Informática, Unidade Responsável Secretaria de Finanças, 15/04/2016.

Nota: O Município de Condado não possui RPPS, por isso não há preenchimento dos demonstrativos.

  
**CAIO RODRIGO BEZERRA PAIXÃO**  
 PREFEITO

PUBLICADO NO D.O.M.  
 29 / 06 / 2016  
 EDIÇÃO Nº 015 EXTRA





PUBLICADO NO D.O.M.

29 / 06 / 2016

EDIÇÃO Nº 015 EXTRA

**MUNICÍPIO DE CONDADO - PB**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
**2016**

AMF – Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea “a”)

R\$ 1,00

| EXERCÍCIO | RECEITAS<br>PREVIDENCIÁRIAS<br>(a) | DESPESAS<br>PREVIDENCIÁRIAS<br>(b) | RESULTADO<br>PREVIDENCIÁRIO<br>(c) = (a-b) | SALDO FINANCEIRO<br>DO EXERCÍCIO<br>(d) = (d Exercício) |
|-----------|------------------------------------|------------------------------------|--|---|
|           |                                    |                                    |  |   |

FONTE: Sistema Elmar Informática, Unidade Responsável Secretaria de Finanças, 15/04/2015

Nota: O Município de Condado não possui RPPS, por isso não há preenchimento dos demonstrativos.

  
**CAIO RODRIGO BEZERRA PAIXÃO**  
PREFEITO

PUBLICADO NO D.O.M.

29 / 06 / 2016

EDIÇÃO Nº 015 EXTRA



**MUNICÍPIO DE CONDADO - PB**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**  
**2017**

PUBLICADO NO D.O.M.  
29 / 06 / 2016  
EDIÇÃO Nº 015 EXTRA

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

| TRIBUTO | MODALIDADE | SETORES/<br>PROGRAMAS/<br>BENEFICIÁRIO | RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA |      |      | COMPENSAÇÃO |
|---------|------------|--|------------------------------|------|------|-------------|
|         |            |  | 2017                         | 2018 | 2019 |             |
|         |            |  |                              |      |      |             |
| TOTAL   |            |  |                              |      |      | -           |

FONTE: Sistema Elmar Informática, Unidade Responsável Secretaria de Finanças, 15/04/2016.

**Nota: O Município de Condado não possui previsão de renúncia de receita para os exercícios de 2017, 2018 e 2019.**

**CAIO RODRIGO BEZERRA PAIXÃO**  
PREFEITO

PUBLICADO NO D.O.M.  
29 / 06 / 2016  
EDIÇÃO Nº 015 EXTRA



**MUNICÍPIO DE CONDADO - PB**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**

**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**  
**2017**

| EVENTOS   | Valor Previsto para 2017 |
|---|--------------------------|
| Aumento Permanente da Receita                     |                          |
| (-) Transferências Constitucionais                |                          |
| (-) Transferências ao FUNDEB                      |                          |
| Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)  |                          |
| Redução Permanente de Despesa (II)                |                          |
| Margem Bruta (III) = (I+II)                       |                          |
| Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)              |                          |
| Novas DOCC  |                          |
| Novas DOCC geradas por PPP                        |                          |
| Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV) |                          |

FONTE: Sistema Elmar Informática, Unidade Responsável Secretaria de Finanças, 15/04/2017

**NOTA:**

O conceito de Despesa Obrigatória de Caráter Continuado – DOCC foi instituído pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF no art. 17, conceituando-a como Despesa Corrente derivada de Lei, Medida Provisória ou Ato Administrativo Normativo que fixem para o Ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios. É considerado aumento de despesa, a prorrogação da DOCC criada por prazo determinado.

Considera-se aumento permanente de receita o proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, cuja competência tributária é do próprio ente. Por exemplo, no caso dos municípios:

Elevação da alíquota do ITBI de 3% para 4%; e... (conforme pag 71, Manual Técnico Dem Fiscais, STN)

O Município de Condado não apresenta nenhuma dessas perspectivas de aumento de receita, nem de despesas, motivou pelo qual o demonstrativo está sem valores.

  
**CAIO RODRIGO BEZERRA PAIXÃO**  
PREFEITO

PUBLICADO NO D.O.M.  
29 / 06 / 2016  
EDIÇÃO Nº 015 EXTRA

PUBLICADO NO D.O.M.  
29 / 06 / 2016  
EDIÇÃO Nº 015 EXTRA